



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1475041 - GO (2019/0094821-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : RONALDO DA SILVA SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. RECEPÇÃO. PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ART. 89 DA LEI N.º 9.099/1995. AUSÊNCIA. CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO ACUSADO. MORADOR DE RUA. OCUPAÇÃO DESCONHECIDA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. FALTA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS SUBJETIVOS NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RONALDO DA SILVA SANTOS contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105 inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, manifestado contra o acórdão prolatado na Apelação Criminal n.º 248672-33.2016.8.09.0175 (201692486721).

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o Agravante à pena de 1 (um) ano de reclusão, em regime aberto, substituída por duas restritivas de direitos, como incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal. Houve apelação somente defensiva, a que o Tribunal de origem negou provimento, em acórdão assim ementado (fl. 357):

"EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. RECEPÇÃO DOLOSA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. INCOMPORTABILIDADE. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1) Não há falar-se em aplicação da suspensão condicional do processo se o réu não preenche os requisitos subjetivos exigidos pelo art. 89 da Lei n. 9.099/95. 2) A apreensão de veículo roubado em poder do acusado, somada à falta de verossimilhança de sua justificativa a aquisição do bem a e a existência de elementos de convicção e circunstâncias factuais outras denotativas de que tinha ciência da origem criminosa do veículo por ele adquirido das mãos do indivíduo que não soube identificar, por quantia irrisória e sem a devida documentação, autorizam a sua condenação nas sanções do artigo 180, caput, do Código Penal. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO."

Houve embargos de declaração defensivos, os quais foram rejeitados (fls. 392-407).

No recurso especial, alegou-se a ofensa ao art. 89 da Lei n.º 9.099/1995, ao argumento de que teria sido negado o benefício da suspensão condicional do processo, *"mesmo que cumpridos todos os requisitos legais, tão somente porque o recorrente se encontra em situação de rua, em cabal e repudiante criminalização da pobreza"* (fl. 419).

Pediu-se o provimento do recurso especial, para que seja concedida a suspensão condicional do processo.

Oferecidas contrarrazões (fls. 430-433), inadmitiu-se o recurso na origem (fls. 436-438). Interposto Agravo (fls. 446-458), foi contraminutado às fls. 461-462.

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo desprovemento do agravo (fls. 475-479).

É o relatório.

Decido.

Evidenciada a viabilidade do agravo, prossegue-se na análise do recurso especial.

Disse o Tribunal de origem ao manter a negativa da suspensão condicional do processo (fls. 345-346; grifos diversos do original):

"Inicialmente, analiso a insurgência relativa à não aplicação da suspensão condicional do processo.

É sabido que a suspensão condicional do processo somente configura direito subjetivo do acusado se ele preenche os requisitos legais. Trata-se de proposta de transação que deve partir do Ministério Público, verificando ser a medida recomendável e desde que preenchidos os requisitos previstos no artigo 89 da Lei .º 9.099/95.

Com efeito, ao analisar as condições in concreto do acusado, o magistrado singular vislumbrou que a aplicação de tal benesse não é a medida mais salutar, uma vez que o apelante não ofertou informações suficientes (moradia fixa ou emprego regular), as quais permitiriam sua localização a qualquer tempo e o correto cumprimento da condições a ele impostas, assim fundamentando:

'(...) Certo é que não consta da redação do aludido dispositivo que serve de fundamento para o instituto em questão a expressão literal referente à exigência de comprovante de endereço ou residência fixa por parte do beneficiado.

Ocorre que outras condições, bem como a necessidade de fiscalização quanto ao cumprimento das condições fazem este magistrado concluir que o fato de o acusado se encontrar na condição de morador de rua, com não fixação de relação com este distrito de culpa, emprego ou ocupação que o equivalha, impede tais procedimentos e, por consequência, a concessão do benefício ao mesmo.' "

É inidônea a fundamentação utilizada para justificar a ausência de proposta de suspensão condicional do processo.

O art. 89 da Lei n.º 9.099/1995 estabelece que "[n]os crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal)."

O art. 77 do Código Penal, por sua vez, traz os seguinte requisitos:

"Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

I - o condenado não seja reincidente em crime doloso;

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício;

III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código."

No caso, as instâncias ordinárias não fundamentaram a inviabilidade do oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo na falta de preenchimento de algum dos requisitos previstos no dispositivo, mas tão-somente no fato de que, **por ser o Agravante morador de rua, não teria residência fixa e ocupação conhecida.**

Contudo, é inidônea a fundamentação, pois não está pautada na ausência de requisito subjetivo por parte do Agravante, mas, sim, em sua **precária condição sócio-econômica**, o que se mostra sem razoabilidade.

Vale ressaltar que esta Corte Superior tem entendimento assente de que a condição de morador de rua não é fundamento idôneo para a decretação de prisão preventiva ou para impedir

a progressão de regime prisional. Da mesma forma, não seria justificativa para negar a aplicação do instituto despenalizador da suspensão condicional do processo.

A propósito:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE ABSTRATA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. RECURSO PROVIDO.

1. A despeito de a prisão processual ter sido decretada com base em dados extraídos do processo, os fundamentos consignados não justificam a medida extrema. A quantidade de droga apreendida - 6,8g (seis gramas e oito decigramas) de cocaína, na forma de pasta base, divididos em 4 (quatro) porções - não é capaz de demonstrar, por si só, o periculum libertatis do Réu.

2. O registro de dois processos, por crime de roubo e de furto simples no ano de 2013, ambos baixados, não deve ser usado para reconhecer a reiteração delitiva do Acusado.

3. A simples alegação de que o Recorrente não informou seu endereço por ser morador de rua não é fundamento idôneo para a decretar a segregação preventiva.

4. Assim, no caso, não foi justificada concreta e adequadamente em que medida a liberdade do Recorrente poderia comprometer a ordem pública ou econômica, ou, ainda, a aplicação da lei penal, bem como a insuficiência das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

5. Recurso provido para revogar a prisão preventiva do Recorrente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada." (RHC 115.903/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 17/09/2019; sem grifos no original.)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. ÓBICE DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERVENIÊNCIA DE JULGAMENTO DO WRIT ORIGINÁRIO. PREJUDICIALIDADE. FURTO TENTADO. REGIME ABERTO. PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR. MORADOR DE RUA. AUSÊNCIA DE RESIDÊNCIA FIXA. REGRESSÃO DE REGIME. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. A superveniência do julgamento do mérito do habeas corpus impetrado perante o Tribunal de origem prejudica o writ aqui manejado, no qual é impugnada decisão monocrática que indeferiu o pedido de liminar. Contudo, é caso de se equacionar o tema vertido, nos moldes do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, tendo em vista a patente ilegalidade e examinar o tema nesta Superior Corte de Justiça, evitando que o constrangimento perdure.

*2. Na hipótese, **malgrado a comprovação de residência fixa constitua exigência para o ingresso no regime prisional aberto, a impossibilidade de fazê-lo, por ser o apenado morador de rua, não justifica, por si só, a sua manutenção em meio prisional mais gravoso do que o cabível, restando evidenciada flagrante ilegalidade sanável na via do writ.***

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para garantir ao paciente o cumprimento do restante da pena no regime aberto, sem prejuízo da fixação de condições especiais, nos termos do art. 115 da LEP, a critério do Juízo a quo, se por outro motivo não for revogado o direito." (HC 414.447/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017; sem grifos no original.)

Menciona-se, também, precedente do Supremo Tribunal Federal:

"EMENTA: AÇÃO PENAL. Prisão preventiva. Decreto fundado na gravidade do delito e no fato de o réu ser morador de rua. Inadmissibilidade. Razões que não autorizam a prisão cautelar. Constrangimento ilegal caracterizado. Precedentes. HC concedido. É ilegal o decreto de prisão preventiva que se funda na gravidade do delito e na falta de residência fixa do acusado, decorrente de sua condição de morador de rua." (HC 97177/DF, Relator Min. CEZAR PELUSO, Segunda Turma, julgado em 08/09/2009, DJe 09/10/2009; sem grifos no original.)

Entretanto, a proposta de suspensão condicional é ato privativo do Ministério Público, não cabendo ao Poder Judiciário deferi-la, mas apenas efetuar controle de legalidade sobre as razões para o seu não oferecimento. No caso, o órgão acusatória sequer mencionou o art. 89 da Lei n.º 9.099/1995, quando ofereceu a denúncia. Sendo assim, devem os autos retornar para que o *Parquet* se manifeste sobre a possibilidade de oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.

A propósito:

*"[...]
CALÚNIA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. RÉU QUE RESPONDE A DIVERSOS INQUÉRITOS POLICIAIS. FUNDAMENTO INIDÔNEO PARA A NEGATIVA DA BENESSE. INEXISTÊNCIA DE AÇÃO PENAL EM CURSO CONTRA O ACUSADO.*

INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 89 DA LEI 9.099/1995. COAÇÃO ILEGAL CONFIGURADA.

1. Esta Corte Superior de Justiça, ao interpretar o artigo 89 da Lei 9.099/1995, firmou entendimento no sentido de que, nos crimes de ação penal pública, somente o Ministério Público é legitimado a ofertar a suspensão condicional do processo, devendo fazê-lo de forma fundamentada, permitindo, assim, o controle da legalidade da proposta ou de sua recusa pelo Poder Judiciário. Precedentes.

2. Para a concessão da suspensão condicional do processo é necessário, além do preenchimento dos requisitos objetivos, o atendimento às exigências de ordem subjetiva, como não estar sendo processado ou não haver sido condenado por outro crime, além das dispostas no artigo 77 do Código Penal, referentes à adequação da medida em face da culpabilidade, antecedentes, conduta social e personalidade do agente, bem como dos motivos e circunstâncias do delito. 3. No caso dos autos, não obstante o paciente ostente diversos registros de inquéritos policiais instaurados em seu desfavor, o que, a princípio, impediria a concessão do benefício pelo não atendimento dos requisitos previstos no artigo 77 do Código Penal, esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento de que o artigo 89 da Lei dos Juizados Especiais não pode ser interpretado de forma ampliativa, prejudicando o acusado, razão pela qual apenas os agentes que estão sendo processados, ou seja, contra quem há ação penal em curso, não fazem jus à benesse em exame. Precedentes.

4. Com o retorno dos autos à origem para que o Ministério Público se manifeste novamente sobre a possibilidade de concessão da suspensão condicional do réu, afastado o óbice relativo à existência de inquéritos policiais em seu desfavor, resta prejudicado o exame da alegada ilegalidade da condenação do réu e da pena que lhe foi cominada.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para invalidar os fundamentos apresentados para negativa do oferecimento da suspensão condicional do processo, devendo ser avaliada nova possibilidade de concessão benefício." (HC 455.901/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 02/10/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao

recurso especial, a fim de anular o processo desde a sentença condenatória e determinar que, retornados os autos à origem, sejam encaminhados ao Ministério Público para que se manifeste acerca da possibilidade de propor a suspensão condicional do processo, na forma do art. 89 da Lei n.º 9.099/1995.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora